

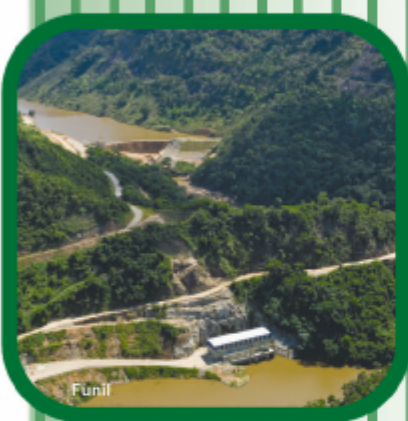


BRASIL PCH

Demonstrações Contábeis – 2012



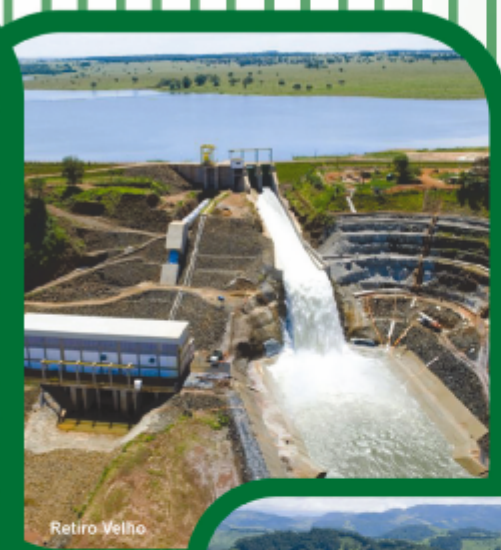
Monte Serrat



Funil



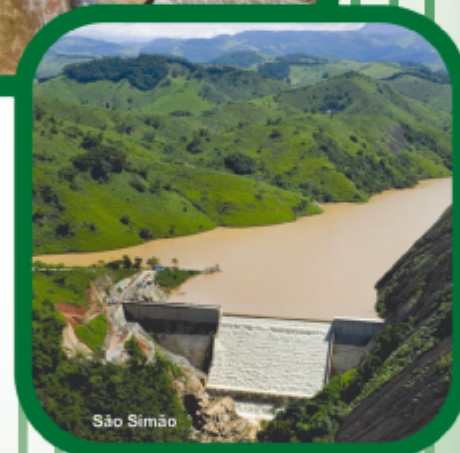
Bonfante



Retiro Velho



São Joaquim



São Simão

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****GERAÇÃO DE ENERGIA**

O Parque Gerador do Grupo BPCB – composto por 13 Pequenas Centrais Hidroelétricas – foi responsável, em 2012, pela geração líquida anual de 1.453.906 MWh, montante inferior em 8,6% a geração verificada em 2011 (1.591.296 MWh). A redução deve-se, majoritariamente, à menor afilância de água nas bacias hidrográficas onde estão localizadas as PCHs. Cabe ressaltar que a capacidade de geração da BRASIL PCH permite atender a demanda de um município com aproximadamente 2,6 milhões de habitantes. No que se refere a Disponibilidade das PCHs, em 2012 o indicador atingiu 99,0%, superando a meta de 98,0%. Em 2011 a disponibilidade foi de 98,4%. Durante o exercício de 2012, ocorreu a revisão de Garantia Física das PCHs de Retiro Velho (+2,09 MWmed) e Jataí (+1,10 MWmed), acarretando um incremento na receita, para 2013, da ordem de R\$ 8,4 milhões. Como forma de aprimorar a gestão de O&M (Operação e Manutenção) das Centrais, foi implantado um programa de auditoria interna desenvolvido com a UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, cujos resultados vêm sendo utilizados no aprimoramento dos procedimentos de Gestão. Foi concluído em 2012 o processo de pintura e conservação predial das 13 PCHs.

COMERCIALIZAÇÃO DA ENERGIA GERADA

A energia comercializada com o PROINFA em 2012 (e em 2011) foi de 1.645.690MWh. Ressalta-se que no decorrer do ano de 2012, ocorreu por parte do Ministério de Minas e Energia, o acréscimo de energia assegurada das PCHs Retiro Velho e Jataí. Esse ganho será remunerado pela Eletrobras a partir do ano de 2013. O Faturamento Bruto do exercício de 2012 foi da ordem de R\$ 311,4 milhões, superior em 7,3% ao do exercício de 2011 (R\$ 290,2 milhões). O Faturamento é composto por uma parcela fixa (garantia física, excluindo o consumo interno e perdas de conexão) e outra parcela variável (ajuste do MRE – Mecanismo de Realocação de Energia).

SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL

Dados os riscos envolvidos nas atividades de geração de energia elétrica, em 2012 foi realizada a revisão das instalações de todo o Parque Gerador, que culminou com a implementação de adaptações e melhorias, bem como, a atualização dos procedimentos de trabalho. Além disso, houve o reforço do quadro de colaboradores da Gerência de Segurança e Saúde Ocupacional e a implantação de programas de treinamento para a força de trabalho.

MEIO AMBIENTE

O Grupo BRASIL PCH vem observando, rigorosamente, os Planos Ambientais decorrentes de condicionantes das Licenças de Operação de suas PCHs. Em 2012, foram aplicados aproximadamente R\$ 3,5 milhões em atividades e ações relacionadas à preservação do Meio Ambiente, contribuindo de forma direta para a ampliação do conhecimento científico nas regiões onde estão inseridas, através da implantação de diversos programas e instrumentos capazes de permitir a prática cidadã e a integração da empresa, com o meio ambiente e as comunidades locais.

RECURSOS HUMANOS

O Grupo BRASIL PCH fechou o exercício de 2012 com um quadro de pessoal composto por 153 colaboradores, com crescimento de 15 postos de trabalho em relação ao ano anterior, o que corresponde a uma variação de 10,9%. Tal incremento visou compatibilizar o quadro de pessoal com a estrutura organizacional da empresa, em especial nas áreas cujos serviços foram "primeirizados". A empresa vem revisando suas políticas de gestão de pessoal de modo

a aprimorá-las. No tocante ao desenvolvimento de seus colaboradores, foi implementado uma média de 36/horas de treinamento por colaborador, tendo sido priorizados os temas relacionados a Segurança do Trabalho. Destaca-se a autorização do Conselho de Administração para a implantação da PLR (Participação nos Lucros e Resultado).

SEGUROS

No 3º trimestre de 2012 foi contratada empresa especializada em avaliação de ativos para fins de cobertura de seguro – credenciada junto as grandes Seguradoras - de modo a proceder a verificação da adequação dos valores segurados. Tal estudo será implementado por ocasião da renovação das apólices, prevista para abril/2013.

TERRAS

A empresa contratou consultores e escritório de advocacia especializados em desapropriação de terras, com vista a agilizar os trâmites de regularização de áreas onde foram construídas as PCHs.

CONTROLE E SEGURANÇA DE PROCESSOS

Foi concluída a implantação do Circuito Fechado de Televisão – CFTV, priorizando sete PCHs, visando maior controle e acompanhamento remoto das usinas por parte do Centro de Operação da Geração (COG-Sede), bem como, significativo investimento em infraestrutura do banco de dados Oracle, garantindo substancial melhoria de segurança, integridade e disponibilidade das informações.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2012, foi concluída a implantação parcial dos sistemas ERP/TOTVS/PROTHEUS e RM relativos à "primeirização" das atividades de Contabilidade, Contas a Pagar e Receber, Controle Financeiro, Fiscal e Folha de Pagamento. Está prevista para 2013, a continuidade deste processo com a implantação dos módulos de Compras (Portal do Fornecedor), Estoque e Gestão de Contratos, bem como da ferramenta ECM (Controle Eletrônico de Documentos e Workflow dos processos). Além disso, está programada a implantação do projeto de melhoria na segurança de infraestrutura de rede.

GESTÃO

Em 2012, as Reuniões de Coordenação que vinham sendo realizadas na Sede (Rio de Janeiro), passaram a ser realizadas nos Núcleos Regionais, de modo a aproximar os Dirigentes das equipes das PCHs, agilizando o processo decisório e tornando a gestão mais eficaz.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 2012, o Grupo BRASIL PCH apurou Lucro Líquido de R\$ 48,2 milhões, apresentado uma evolução de 23,0% em relação a 2011 (R\$ 39,2 milhões), mantidos os mesmos critérios contábeis do exercício anterior. A expressiva evolução do Lucro Líquido (23,0%) foi obtida a partir de uma política de austeridade de gastos, aliado a busca de oportunidades de racionalização e otimização dos processos. Já a Geração Operacional de Caixa foi da ordem de R\$ 254,4 milhões, superior em 10,1% ao montante do exercício de 2011 (R\$ 231,1 milhões).

A Administração.**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais)**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11			31/12/12	31/12/11		
Circulante		208.133	112.142	145.159	135.277	Circulante		77.925	108.475	186.019	215.338
Caixa e equivalentes de caixa	6	88.754	60.003	98.740	90.939	Fornecedores		82	86	19.884	17.616
Contas a receber	7	48	14	42.085	41.364	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		18	26	244	212
Dividendos a receber	10	116.495	50.794	-	-	Impostos e contribuições a recolher		19	28	2.583	2.838
Adiantamentos a funcionários		-	-	131	76	Provisão para férias e 13º salário		-	-	1.250	1.003
Impostos a compensar		2.835	1.321	3.641	2.330	Outras obrigações		143	23	460	528
Despesas antecipadas		1	10	524	382	Dividendos propostos a pagar		5.917	11.215	5.917	11.215
Adiantamentos diversos		-	-	38	186	Dividendos a pagar ações preferenciais	15	4.428	3.372	4.428	3.372
Não circulante		582.273	630.819	1.280.030	1.309.388	Empréstimos - PETROS	14	67.318	93.725	67.318	93.725
Ativos vinculados - BNDES	8	-	-	71.579	75.867	Financiamentos - BNDES	13	-	-	83.935	84.829
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	-	35.388	-	-	Não circulante		547.645	469.994	1.120.939	1.122.503
Impostos a compensar		2.400	2.264	2.400	2.264	Financiamentos - BNDES	13	-	-	573.294	652.509
Depósitos judiciais	9	-	-	7.515	7.542	Empréstimos - PETROS	14	533.544	455.893	533.544	455.893
Investimentos	10	535.067	540.816	-	-	Dividendos a pagar	15	14.101	14.101	14.101	14.101
Imobilizado	11	218	286	1.197.888	1.223.201	Patrimônio líquido	15	164.836	164.492	118.231	106.824
Intangível		462	365	648	514	Capital social		109.032	109.032	109.032	109.032
Diferido	12	44.126	51.700	-	-	Reserva de capital		16.888	16.888	16.888	16.888
Total do ativo		790.406	742.961	1.425.189	1.444.665	Reserva legal		5.741	3.332	-	-
						Dividendos adicionais propostos		-	35.240	-	-
						Reserva especial		5.528	-	-	-
						Reserva de retenção de lucros		27.647	-	-	-
						Prejuízos acumulados		-	-	(7.689)	(19.096)
						Total do passivo		790.406	742.961	1.425.189	1.444.665

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita líquida de vendas	17	-	-	300.073	279.653
Custos da venda de energia					
Meio ambiente		-	-	(3.288)	(5.602)
Operação e manutenção		-	-	(10.445)	(13.108)
Taxas setoriais		-	-	(873)	(794)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(5.363)	(5.318)
Seguros		(49)	(28)	(1.555)	(1.559)
Depreciação e amortização		-	-	(33.260)	(30.710)
		(49)	(28)	(54.784)	(57.091)
Lucro bruto		(49)	(28)	245.289	222.562
Despesas operacionais		136.416	111.192	(29.929)	(26.148)
Despesas administrativas e gerais	18	(2.732)	(2.309)	(245.289)	(222.562)
Depreciação e amortização		(7.731)	(7.682)	(26.004)	(22.774)
Resultado da equivalência patrimonial	10	146.962	121.547	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	18	(83)	(364)	(3.925)	(3.374)
Lucro antes do resultado financeiro		136.367	111.164	215.360	196.414
Despesas financeiras	19	(93.068)	(75.819)	(157.024)	(148.422)
Receitas financeiras	19	4.890	3.892	12.829	14.406
Resultado financeiro	19	(88.178)	(71.927)	(144.195)	(134.016)
Lucro antes dos impostos		48.189	39.237	71.165	62.398
Outras receitas e despesas não operacionais		-	-	-	-
Imposto de renda	20	-	-	(7.844)	(4.044)
Contribuição social	20	-	-	(4.072)	(8.057)
Lucro líquido do exercício		48.189	39.237	59.249	50.297
Lucro básico e diluído por ação - R\$		0,4420	0,3599		
Quantidade total de ações ao final do exercício		109.031.967	109.031.967		

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2010	109.032	16.888	971	8.803	7.984	143.678
Atualização dividendos de ações preferenciais	-	-	-	(7.208)	-	(7.208)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	39.237	39.237
Destinações						
Reserva legal	-	2.361	-	-	(2.361)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(11.215)	(11.215)
Dividendos adicionais propostos	-	-	33.645	-	(33.645)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	109.032	16.888	3.332	35.240	-	164.492
Dividendos distribuídos	-	-	-	(33.646)	-	(33.646)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.189	48.189
Destinações						
Remuneração de ações preferenciais	-	-	(1.594)	-	(6.688)	(8.282)
Reserva legal	-	2.409	-	-	(2.409)	-
Reserva especial	-	-	-	5.528	(5.528)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(5.917)	(5.917)
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	27.647	(27.647)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	109.032	16.888	5.741	5.528	27.647	164.836

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Brasil PCH S.A. ("Companhia") foi constituída em 23 de março de 2005, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, e iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, através da PCH Participações S.A., que participa com 99,99% de 13 Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCHs), com capacidade total de operação de 291MW, com autorização da ANEEL para geração de energia em 30 anos. A Companhia tem como objeto social qualquer atividade que seja relacionada à administração, à construção, ao planejamento, à operação, à manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em Acordo de Acionistas, e participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada. A contratação de energia gerada pelas 13 controladas indiretas se dá através de contratos de compra e venda firmados por cada uma das empresas com a Eletrobras / PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar da data de entrada em operação. As empresas Jataí Energética e Retiro Velho Energética através das Portarias MME nº 38, de 13 de junho de 2012 e nº 28, de 9 de maio de 2012, respectivamente, tiveram sua energia assegurada acrescida, fato que gerará aumento no volume de energia vendida ao PROINFA a partir de 1 de janeiro de 2013 e o respectivo aumento nas receitas a serem auferidas a partir dessa data. A unidade geradora da PCH Bonfante se encontra indisponível desde 7 de dezembro de 2012, devido a verificação de danos no multiplicador de velocidade. Estão sendo tomadas todas as providências necessárias para o restabelecimento da unidade no menor prazo possível, ainda que parcial. A Seguradora foi devidamente notificada e acompanha os trabalhos. Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- Funil Energia S.A.
- A PCH está localizada no Rio Guanhanês, no Município de Dores do Guanhanês, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 22,5 MW e energia assegurada de 127,3 MWh, com investimento total de R\$91.071, iniciou sua operação comercial em 4 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.
- São Joaquim Energia S.A.
- A PCH está localizada no Rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 21MW e energia assegurada de 116,3 MWh, com investimento total de R\$82.421, e iniciou sua operação comercial em 16 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2030.
- Santa Fé Energética S.A.
- A PCH está localizada no Rio Paraibuna, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Santana do Deserto, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 30MW e energia assegurada de 228,6 MWh, com investimento total de R\$143.101, e iniciou sua operação comercial em 8 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 5 de novembro de 2032.
- Carangola Energia S.A.
- A PCH está localizada no Rio Carangola, no Município de Carangola, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 15MW e energia assegurada de 83,8 MWh, com investimento total de R\$61.198, e iniciou sua operação comercial em 24 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.
- Jataí Energética S.A.
- A PCH está localizada no Rio Claro, no Município de Jataí, em Goiás. Tem capacidade instalada de 30MW e energia assegurada de 172,7 MWh, com investimento total de R\$113.974, e iniciou sua operação comercial em 29 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		48.189	39.237	71.165	62.398
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	19	93.067	75.812	155.835	147.304
Depreciação e amortização		7.731	7.682	33.260	30.710
Baixa de imobilizado	11	-	268	1.978	8.712
Equivalência patrimonial	10	(146.962)	(121.547)	-	-
Lucro ajustado		2.025	1.452	262.238	249.124
Variações nos ativos e passivos					
Redução em ativos vinculados - BNDES		-	-	4.288	5.909
Aumento em contas a receber	(34)	66	(721)	(721)	(7.754)
Aumento (redução) em adiantamento a funcionários		-	-	(55)	43
Aumento em impostos a compensar	(1.650)	(492)	(1.447)	(663)	
Redução (aumento) em despesas antecipadas		9	2	(142)	40
Aumento em adiantamentos diversos		-	-	148	(124)
Aumento em depósitos judiciais		-	-	27	457
Redução (aumento) em fornecedores	(4)	85	2.268	(2.885)	
Redução (aumento) em obrigações trabalhistas e previdenciárias	(8)	11	32	39	
Redução em impostos e contribuições a recolher	(7)	14	(255)	(1.016)	
Aumento na provisão para férias e 13º salário		-	-	247	470
Aumento (redução) em outros passivos	120	(57)	(69)	(358)	
Imposto de renda e contribuição social pagos no período					



• Irara Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio Doce, no Município de Rio Verde, em Goiás. Tem capacidade instalada de 30MW e energia assegurada de 159,5 MWh, com investimento total de R\$118.894, e iniciou sua operação comercial em 5 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.

• Calheiros Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Itabapoana, entre os Municípios de Bom Jesus do Itabapoana, no Rio de Janeiro, e São José do Calçado, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 19MW e energia assegurada de 95,6 MWh, com investimento total de R\$76.836, e iniciou sua operação comercial em 11 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.

• Caparaó Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Preto, entre os Municípios de Caiana Feliz, em Minas Gerais, e Dores do Rio Preto, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 4,5MW e energia assegurada de 22,8 MWh, com investimento total de R\$24.444 e iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029.

• Monte Serrat Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio Paraíba, entre os Municípios de Levy Gasparian, no Rio de Janeiro, e Simão Pereira, em Minas Gerais. Tem capacidade instalada de 25MW e energia assegurada de 160,1 MWh, com investimento total de R\$132.690, e iniciou sua operação comercial em 12 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

• São Simão Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Itapemirim, no Município de Alegre, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 27MW e energia assegurada de 133,1 MWh, com investimento total de R\$105.342, e iniciou sua operação comercial em 16 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

• São Pedro Energia S.A.
A PCH está localizada no Rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins, no Espírito Santo. Tem capacidade instalada de 30MW e energia assegurada de 161,2 MWh, com investimento total de R\$133.718, e iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.

• Retiro Velho Energética S.A.
A PCH está localizada no Rio da Prata, no Município de Aporé, em Goiás. Tem capacidade instalada de 18MW e energia assegurada de 107,2 MWh, com investimento total de R\$109.641, e iniciou sua operação comercial em 18 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. 2.2. Bases de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

a. Moeda funcional e moeda de apresentação
Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Caixa e Equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas classificam os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia e suas controladas tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

iii. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

b. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente.

c. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial. d. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em março de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e. Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia e suas controladas consideram essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta nas Resoluções de autorização para estabelecimento como produtoras independentes, concedidas pela ANEEL a cada PCH, ao final do prazo dessas autorizações, caso não sejam renovadas, o valor residual dos bens será indenizado às Companhias. A Administração considera provável a renovação de autorizações, considerando a renovação concedida a terceiros conforme Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCH's Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência concreta de possibilidade de prorrogação de autorização de PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 04 e OCPC 05.

Autorização e indenização

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (conforme descrito na Nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

f. Diferido

Registrado ao custo de formação. Na controladora, a amortização é calculada de forma proporcional em relação a cada controlada indireta (PCHs), desde a data do início de suas operações pelo prazo de dez anos. Nas controladas indiretas, registra as despesas pré-operacionais até 31 de dezembro de 2008 e a amortização é calculada desde a data do início de suas operações pelo prazo de cinco anos. A Companhia e suas controladas optaram por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização. Em atendimento ao CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, que determina que para fins de demonstrações consolidadas, o efeito da manutenção dos saldos de ativo diferido deve ser totalmente eliminado.

g. Valor recuperável de ativos

O imobilizado, intangível e o diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia e suas controladas não apuraram nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

i. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

j. Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia e suas controladas.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e da controlada direta PCH Participações S.A. são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda e a contribuição social das demais controladas indiretas são calculados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita brutas para apuração da base de cálculo são de 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social.

m. Demonstração do valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (CPC 09), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis.

n. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuível aos acionistas sobre as ações ordinárias e preferenciais em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2012 e 2011.

o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

IFRS 13

"Mensuração a Valor Justo" (*Fair Value Measurement*). Define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração.

1º de janeiro de 2013

Emenda ao IAS 1

"Apresentação de Itens dos Outros Resultados Abrangentes" (*Presentation of Items of Other Comprehensive Income*). Requer que sejam agrupados em Outros Resultados Abrangentes os itens que poderão ser reclassificados para lucros ou prejuízos na demonstração de resultado do exercício.

1º de janeiro de 2013

Emenda ao IAS 19

"Benefícios a Empregados" (*Employee Benefits*). A nova versão do IAS 19 elimina o "método do corredor" para reconhecimento de ganhos ou perdas atuariais, simplifica a apresentação de variações em ativos e passivos de planos de benefícios definidos e, amplia os requerimentos de divulgação sobre planos de benefícios definidos.

1º de janeiro de 2013

Emenda ao IFRS 7

"Divulgações - Compensando Ativos e Passivos Financeiros" (*Disclosures - Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities*). Estabelece requerimentos de divulgação de acordos de compensação de ativos e passivos financeiros.

1º de janeiro de 2013

Emendas aos IFRS 9 e 7

"Data Obrigatória de Entrada em Vigor do IFRS 9 e Divulgações de Transição" (*Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*). Postergam a data de entrada em vigor do IFRS 9 para 2015. Eliminam também a obrigatoriedade de republicação de informações comparativas e requerem divulgações adicionais sobre a transição para o IFRS 9.

1º de janeiro de 2015

A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia e suas controladas avaliaram e consideraram relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas indiretas a incorrer em perdas financeiras. O contas a receber de clientes é formado por um único cliente - Eletrobrás via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da companhia e de suas controladas a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 7.

• Risco mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia e suas controladas indiretas ficam expostas principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos IGP-M (índice de reajuste do contrato de financiamento junto à Petros) e TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia e suas controladas administram e mensuram esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado.

• Risco operacional

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. As controladas indiretas da Companhia realizam as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, as controladas indiretas da Companhia contrataram cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 22.

• Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas utilizam o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desempenho em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDI) a taxas que variam de 96,5% a 102,3% em bancos de primeira linha. Assim, garantem um caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

• Risco de juros

Ocorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incipientes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas indiretas avaliam que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 102,3% do CDI, conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 6. Os passivos financeiros existentes abrangem basicamente saldos de financiamentos obtidos pela Companhia e suas controladas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Petros respectivamente, conforme apresentado nas Notas Explicativas nº 13 e 14. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia e suas controladas está apresentada na Nota Explicativa nº 21.

• Gestão de capital: A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, do credor e do mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia e suas controladas a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

5. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da sua controlada direta PCH Participações S.A e as de suas controladas indiretas: Bonfante Energética S.A., Calheiros Energia S.A., Caparaó Energia S.A., Carangola Energia S.A., Funil Energia S.A., Irara Energética S.A., Jataí Energética S.A., Monte Serrat Energética S.A., Retiro Velho Energética S.A., Santa Fé Energética S.A., São Joaquim Energia S.A., São Pedro Energia S.A. e São Simão Energia S.A.; nas quais a participação no capital é de 99,99%. Descrição dos principais procedimentos de consolidação: • Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas; • Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações financeiras da controlada direta são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado entre a controladora e consolidado.

	31/12/12	31/12/11
Patrimônio líquido	164.836	164.492

Saldo da controladora

Ativo diferido da controladora das controladas baixado somente no consolidado de acordo com o CPC 43(R1) - Adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41 (Nota 12).

	(46.605)	(57.668)
	118.231	106.824

	31/12/12	
Resultado	48.189	
Controladora	11.060	
Amortização do diferido	59.249	
Consolidado		

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora	Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa	-	-	6	-
Bancos	113	45	782	795
Aplicações financeiras	88.641	59.958	97.952	90.144
	88.754	60.003	98.740	90.939

Aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto ao Banco do Brasil e Santander, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 102,3% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. CONTAS A RECEBER

Refere-se ao valor da venda da energia gerada pelas controladas indiretas da Companhia (PCHs), líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. As PCHs registram o valor a receber referente à energia faturada conforme contratado pelo PROINFRA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. As suas controladas indiretas não constituíram uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% dos contos a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo contos vencidas na data das demonstrações contábeis.

8. ATIVOS VINCULADOS - BNDES

O saldo registrado em 31 de dezembro, refere-se aos recursos recebidos pelas controladas indiretas, decorrentes da venda de energia gerada, e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Conforme descrito na Nota explicativa nº 13, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição, pelas controladas, de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira no Fundo BB Comercial 17, de liquidez imediata e baixo risco, junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta poderá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Algumas controladas indiretas da Companhia são autoras de processos judiciais, nos quais reivindicam a posse definitiva de terrenos ora tomados por terceiros. Estes terrenos estão sendo utilizados nas instalações das PCHs, das linhas de transmissão e de obras para uso público. De acordo com a posição dos advogados, não existem contingências passivas relacionadas a estes processos. Quando a posse definitiva desses terrenos for legalmente transferida para as controladas indiretas da Companhia o valor dos respectivos depósitos quando levantados será atribuído aos terrenos adquiridos que serão contabilizados como ativo imobilizado dessas controladas indiretas. Em 31 de dezembro de 2012, o valor dos depósitos judiciais é de R\$7.515 (R\$7.542 em 31 de dezembro de 2011).

10. INVESTIMENTOS E PARTES RELACIONADAS

O controle da Companhia é exercido pelos acionistas Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e Bloco Original (composto pelas empresas BSB Energética S.A. e Eletroriver S.A.), conforme estabelecido em acordo de acionistas. Conforme já comentado na Nota Explicativa nº 1, a Brasil PCH S.A. detém o controle individual com 99,99% de participação da PCH Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 99,99% de participação, as 13 PCHs.

	Controladora	
	31/12/12	31/12/11
Movimentação dos saldos	540.816	494.096

No início do exercício

Adiantamentos para aumento de capital capitalizados

Dividendos recebidos

Dividendos a receber

Equivalência patrimonial

No fim do exercício

a. Informações da investida direta - PCH Participações S.A.

	31/12/12	31/12/11
Capital subscrito	402.375	366.987
Quantidade de ações ordinárias	327.813.400	327.813.400
Patrimônio líquido	535.067	540.816
Resultado do exercício	146.962	121.547
Participação no capital social	99,99%	99,99%

b. Transações com partes relacionadas: Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, se existentes foram eliminados na consolidação e não estão apresentados nesta nota. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as transações com partes relacionadas estão representadas como se segue:

	2012	2011
Ativo circulante		
PCH Participações S.A. (i)	116.495	50.794
Ativo não circulante		
PCH Participações S.A. (ii)	-	35.388

Referem-se a (i) dividendos a receber e (ii) a Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) não remunerável. c. Remuneração da Administração: Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de abril de 2012, foi aprovada a remuneração global líquida da Administração da Companhia para o período de janeiro a dezembro de 2012 em, no máximo, R\$2.100 (R\$1.800 em 2011). A Diretoria da Companhia é formada por quatro diretores com remuneração anual de R\$2.066 mil.

Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:

Emissão	Descrição	Vigência a partir de exercícios iniciados em ou após:
IFRS 10	"Demonstrações Contábeis Consolidadas" (<i>Consolidated Financial Statements</i>). Estabelece os princípios para a preparação e apresentação de demonstrações contábeis consolidadas, quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013
IFRS 11	"Acordos Conjuntos" (<i>Joint Arrangements</i>). Estabelece os princípios para reporte financeiro de entidades que sejam partes de acordos conjuntos.	1º de janeiro de 2013
IFRS 12	"Divulgações de Participações em Outras Entidades" (<i>Disclosure of Interests in Other Entities</i>). Consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades.	1º de janeiro de 2013

**11. IMOBILIZADO**

a. Composição do imobilizado

Descrição	Taxa média ponderada de depreciação % (*)	Custo	Depreciação acumulada	Consolidado	
				31/12/12	31/12/11
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	0,00%	44.961	-	44.961	46.953
Turbina hidráulica	2,50%	157.268	15.842	141.426	145.777
Conduto forçado	3,13%	43.442	5.837	37.605	39.095
Gerador	3,33%	103.876	14.534	89.342	92.788
Comporta	3,33%	32.412	4.532	27.880	29.094
Subestação unitária	3,57%	77.684	11.806	65.878	68.678
Estrutura de tensão	3,57%	27.344	3.494	23.850	25.146
Casa de força produção hidráulica	2,00%	435.149	36.653	398.496	405.394
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	308.104	25.036	283.068	285.525
Adiantamento a fornecedores	0,00%	17.583	-	17.583	16.273
Outros	3,65%	79.069	11.271	67.798	68.478
		1.326.892	129.005	1.197.888	1.223.201

(*) As taxas de depreciação utilizadas até 31 de dezembro de 2011, sofreram alterações a partir de 1º de janeiro de 2012, conforme determinações da Resolução ANEEL nº 474/2012. O impacto ocorrido no resultado em função desta mudança de taxas não é relevante.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta na Resolução nº 233, de 27 de junho de 2005, da ANEEL, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação de autorização por mais 20 anos.

b. Mutação do ativo imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/10 (reapresentado)		Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/11	
Terrenos	11.979	557	(161)	34.578	46.953		50
Edifícios e Benfeitorias	13	37	-	-	-		-
Turbina, transformador, estrutura e condutor de tensão	277.238	2.112	(1.425)	(81.001)	196.924		-
Disjuntor, painel, mesa de comando e transformador	48.822	54	(1.191)	(20.843)	26.840		-
Conduto forçado	167.267	91	(139)	(123.778)	43.441		-
Gerador, comporta, ponte rolante e transformador de serviços auxiliares	158.271	473	(2.007)	(3.460)	153.278		-
Subestação unitária	786	60	(931)	77.755	77.671		-
Sistema de proteção contra incêndio	2.141	21	(28)	547	2.680		-
Para-raios	2.575	4	-	(1.841)	738		-
Estrutura de tensão e sistema de comunicação	65.221	1	-	(59.503)	5.719		-
Sistemas de alimentação de energia e de ar-condicionado	5.940	4	-	(4.228)	1.716		-
Luminária	3	-	(3)	-	-		-
Outras máquinas e equipamentos	568	110	161	367	1.205		-
Móveis e utensílios	363	89	(1)	(89)	362		-
Instalações							
Casa de força, reservatório e barragem	517.263	7.461	(1.076)	213.105	736.753		-
Tomada d'água, urbanização e benfeitorias	45.318	143	(4)	(40.198)	5.259		-
Sistema de comunicação local	48	8	(46)	679	691		-
Sistema dados meteorológicos/ hidrológico	15	-	-	538	553		-
Computadores e periféricos	332	1.111	(405)	1.033	2.071		-
Imobilizado em andamento	461	87	(516)	(32)	-		-
Adiantamentos a fornecedores	9.130	1.712	(940)	6.371	16.273		-
	1.313.754	14.135	(8.712)	-	1.319.177		-

c. Mutação do ativo imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/11		Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/12	
Direitos sobre imóveis de terceiros e terrenos	46.953	65	(22)	(2.035)	44.961		-
Turbina hidráulica	157.745	983	(230)	(1.230)	157.268		-
Conduto forçado	43.441	9	(8)	-	43.442		-
Gerador	103.785	244	(25)	(128)	103.876		-
Comporta	32.432	-	-	(20)	32.412		-
Subestação unitária	77.670	22	(8)	-	77.684		-
Estrutura de tensão	27.332	-	(6)	18	27.344		-
Casa de força produção hidráulica	432.787	2.195	(9)	176	435.149		-
Reservatório, barragem, adutora	303.968	2.449	(327)	2.014	308.104		-
Adiantamento a fornecedores	16.271	1.998	(1.258)	572	17.583		-
Outros	76.793	1.728	(83)	633	79.069		-
	1.319.177	9.693	(1.978)	-	1.326.893		-
Depreciação	129.005	34.522	(1.474)	-	129.005		-
Saldo	1.223.201	(24.829)	(504)	-	1.197.888		-

12. DIFERIDO

O saldo está representado como se segue:

Descrição	Controladora	
	31/12/12	31/12/11
Encargos financeiros	75.735	75.735
Amortização acumulada	(31.609)	(24.035)
	44.126	51.700

Os encargos financeiros referem-se aos juros e às atualizações monetárias dos empréstimos obtidos pela Companhia especificamente para financiar os projetos das PCHs. Inicialmente, o projeto de construção das PCHs foi elaborado considerando que essas seriam filiais da Brasil PCH S.A. e não empresas individuais, portanto, os empréstimos foram negociados diretamente pela Companhia. Em atendimento ao CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41, que determina que para fins de demonstrações consolidadas, o efeito da manutenção dos saldos de ativo diferido deve ser totalmente eliminado, o ativo diferido em 31 de dezembro de 2012 foi baixado, e o seu efeito está sendo apresentado na Nota explicativa nº 15.

13. FINANCIAMENTOS:

Indexador	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
BNDES:		
Principal	516.764	596.048
Encargos	140.465	141.290
Total	657.229	737.338
Parcela de curto prazo	83.935	84.829
Parcela de longo prazo	573.294	652.509
Total	657.229	737.338

Em 13 de abril de 2006, as 13 PCHs, visando buscar recursos para implementação do projeto, firmaram contrato de financiamento junto ao BNDES. A dívida (principal e juros) decorrente desse contrato está sendo paga ao BNDES em 144 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal e juros atualizados, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas.

2014	74.621
2015	74.621
2016	74.621
2017	74.621
2018	74.620
2019 a 2021	200.190
	573.294

Mutação dos financiamentos em 2012:

Descrição	Consolidado	
	31/12/12	31/12/11
Saldo inicial	737.338	62.774
Encargos provisionados	(142.883)	(142.883)
Pagamentos	657.229	657.229
Saldo final	657.229	657.229

As garantias são conforme se segue: a. Pela Brasil PCH S.A.: Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, as ações emitidas pela PCH Participações S.A. de propriedade da Brasil PCH S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar. b. Pela PCH Participações S.A.: (i) Oferece em penhor, em caráter irrevogável e irretratável, as ações emitidas pelas PCHs de propriedade da PCH Participações S.A., podendo o BNDES, no caso de inadimplemento da beneficiária, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do exercício de quaisquer direitos ou medidas judiciais cabíveis, alienar toda e qualquer parte das ações empenhadas em seu favor, por meio de venda amigável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações financeiras decorrentes da presente operação, devendo deduzir todas as despesas e os tributos eventualmente incidentes e entregar aos acionistas o que eventualmente sobejar; (ii) Constituição da conta reserva especial vinculada ao que exceder as contas de reservas do serviço da dívida das beneficiárias, proveniente da venda de energia à Eletrobras. Estando as contas de reservas das beneficiárias preenchidas, a conta de reserva especial deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação vencida acumulada para as 13 PCHs. As contas deverão ser abertas em instituição financeira, que atuará como banco administrador de contas, indicada pela beneficiária e aprovada pelo BNDES; (iii) Não deliberar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio pelo prazo de 12 meses após a entrada de operação da última PCH e enquanto a conta de reserva especial não estiver preenchida durante todo prazo do contrato de financiamento. c. Pelas beneficiárias (13 PCHs): (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta das PCHs, se comprometeram em honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Companhia e de suas controladas direta e indiretas até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva do serviço da dívida, proveniente da venda de energia à Eletrobras, aberta em instituição financeira (Banco Real S.A.), que atuará como banco administrador de contas, indicada pela Companhia e aprovada pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação; (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima. Em 31 de dezembro de 2012 as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento estão sendo cumpridas pela Companhia e suas controladas.

14. EMPRÉSTIMOS - CCBS - PETROS

Indexador	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Cédulas de crédito bancário (CCBs):				
Principal	260.800	280.000	260.800	280.000
Encargos	340.062	269.618	340.062	269.618
Total	600.862	549.618	600.862	549.618
Parcela de curto prazo - CCB - Petros	67.318	93.725	67.318	93.725
Parcela de longo prazo - CCB - Petros	533.544	455.893	533.544	455.893
Total	600.862	549.618	600.862	549.618

Em 28 de fevereiro de 2007, no montante de R\$192.000, em 28 de agosto de 2008, no montante de R\$50.000 e em 30 de junho de 2008, no montante de R\$38.000, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de CCBs de longo prazo em favor do Banco ABN AMRO Real S.A., que foram transferidas pelo Banco ABN AMRO Real S.A. à Fundação Petros, com o objetivo principal de substituir a dívida de curto prazo anteriormente contratada através de Notas Promissórias. Estas CCBs serão pagas em dez parcelas anuais de principal e juros, amortizadas pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), a partir de 12 de março de 2012, considerando os quatro anos de carência.

2014	59.283
2015	59.283
2016	59.283
2017	59.283
2018	59.283
2019 a 2022	237.131
	533.544

Mutação dos financiamentos em 2012

Descrição	Saldo em 31/12/11		Adições	Baixas	Transfe-rências	Saldo em 31/12/12	
Saldo inicial	549.618	93.068					
Encargos provisionados	(41.824)	(41.824)					
Pagamentos	600.862	600.862					
Saldo final	600.862	600.862					

As garantias são conforme se segue: (i) Penhor sobre as ações ordinárias de emissão da Brasil PCH S.A., nos termos do Contrato de Penhor celebrado entre Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, a Eletrobrás S.A., a BSB Energética S.A., a Jopelba S.A., o Banco ABN AMRO Real S.A. e a Brasil PCH S.A.; (ii) Após o período de construção, deverá utilizar os

valores recebidos a título de dividendos, em razão de sua participação na PCH Participações S.A., preferencialmente para o integral pagamento de todos os valores devidos de acordo com essa Cédula, nas datas de vencimento.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$109.032. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital social subscrito e integralizado é de R\$109.032, está representado por 109.031.967 ações, sendo 94.187.831 ordinárias, nominativas e sem valor nominal, 5.875.804 preferenciais classe A e 8.968.332 preferenciais classe B. As ações preferenciais classe A são nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade no recebimento dos dividendos fixos e cumulativos, além da prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, até o limite legal, e serão resgatadas, a partir de 2015 até 2018, 25% da totalidade das ações, anualmente, com redução de capital e preço de emissão dessas ações. As ações preferenciais classe B são nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade no recebimento dos dividendos fixos e cumulativos, além da prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, até o limite legal, e serão resgatadas, a partir de 2014 até 2018, 20% da totalidade das ações, anualmente, com redução de capital e pelo preço de emissão dessas ações. O valor total nominal das ações preferenciais classes A e B, incluído no capital social é de R\$24.000. A Companhia classifica os valores correspondentes às suas ações preferenciais resgatáveis como capital social do patrimônio líquido, na forma definida pelo artigo 5º combinado com 11 da Lei nº 6.404/94 e 2.1.3 do seu Acordo da Acionistas, sendo que o entendimento da Administração da Companhia está de acordo com o requerido pela legislação societária. Conseqüentemente, trata tais ações preferenciais resgatáveis como títulos de patrimônio e não de dívida. Segue-se a composição do capital da Companhia:

Acionista	Quantidade de ações ON		Quantidade de ações PN		Quantidade de ações total
	Ações ON	%	Ações PN	%	
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	46.152.037	49	-	-	46.152.037
Eletrobrás S.A.	32.306.426	34,30	-	-	32.306.426
BSB Energética S.A.	13.845.611	14,70	-	-	13.845.611
Jopelba S.A. (*) (**)	1.883.757	2	4.329.540	73,68	6.213.297
Marthom S.A. (*)	-	-	3.092.528	-	3.092.528
A.A. Soluções - Cons. Emp. Ltda. (*)	-	-	1.546.264	26,32	1.546.264
Tinto Energética Partic. Ltda. (**)	-	-	5.875.804	-	5.875.804
Total	94.187.831	100	14.844.136	100	109.031.967

(*) Ações preferenciais classe B

(**) Ações preferenciais classe A

b. Reservas

Reserva de capital

Refere-se à reserva de ágio na subscrição de ações da Companhia conforme AGE realizada em 4 de abril de 2006.

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social.

Reserva especial

Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da autorização nos termos do artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.

Reserva de Retenção de Lucros

Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76.

c. Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos fixos e cumulativos, conforme disposto no parágrafo 5º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9.457/97. Em função da necessidade de cumprir obrigações assumidas com os empréstimos, a Administração está propondo ao acionista ordinário o pagamento somente dos dividendos mínimos obrigatórios. Em 2012 foi pago o valor de R\$44.860, relativo ao exercício de 2011. Os dividendos de ações preferenciais estão sendo pagos mediante realização das contas de Reserva de Capital e de Retenção de Lucros.

Lucro do exercício

(-) Reserva legal

(=) Base de cálculo do dividendo

Dividendos obrigatórios

(-) Reserva especial

(-) Dividendos obrigatórios a pagar

(-) Reserva de retenção de lucros

(-) Dividendos ações preferenciais

De acordo com o disposto no Acordo de Acionistas, os dividendos das ações preferenciais ("Remuneração do Capital") são calculados a partir da data de integralização das ações, em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, aplicando-se a variação do número índice do IGP-M sobre o valor base das ações durante o exercício considerado, acrescida de encargos à taxa efetiva de 14% ao ano, calculados pro rata temporis, devendo os dividendos ser pagos até cinco dias úteis contados da data de encerramento do respectivo exercício, exceto pelo seguinte: • Os valores apurados até 30 de junho de 2009 serão pagos, no caso das ações preferenciais classe A, a partir de 2015, quando do resgate das ações, e no caso das ações preferenciais classe B, 50% dentro de cinco dias úteis após o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e outros 50% a partir de 2014 por ocasião do resgate das ações (dívida de dividendos registrados no passivo não circulante). Baseados em uma reanálise das cláusulas presentes no Acordo de Acionistas, foi alterada, a partir do período findo em 30 de junho de 2009, a metodologia de cálculo a ser aplicada à remuneração de capital dos acionistas detentores de ações preferenciais da Companhia, sendo utilizado como valor base das ações o conceito de "preço de emissão", o qual corresponde ao preço total que o acionista subscritor se obrigou a pagar à Companhia emissora no momento da subscrição das respectivas ações preferenciais, ou seja, o seu preço de subscrição. Em 2012, foram pagos dividendos atualizados no montante de R\$7.226 (R\$8.610 em 2011).

16. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia ou suas controladas em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída. Na avaliação dos consultores jurídicos, baseada em experiências com processos de naturezas semelhantes, as suas controladas indiretas

**BRASIL PCH**

CNPJ nº 07.314.233/0001-08

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ronaldo Batista Assunção - Presidente
Paulo Celso Guerra Lage - Vice-Presidente
Renato de Andrade Costa - Conselheiro
Luiz Alberto Benevides Barbosa - Conselheiro

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Marcos Gratacós Nóbrega - Diretor-Presidente
Márcio Barata Diniz - Diretor
Abelardo Martins de Mello - Diretor Financeiro e Administrativo
Walter Nunes Seijo Neto - Diretor
Contador: Natália Moreira dos Santos - CRC RJ - 104518/O-5.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Brasil PCH S.A. Rio de Janeiro - RJ.
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Brasil PCH S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, as controladas indiretas calcularam a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão (OCPC 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2012, o investimento na controladora (imobilizado no consolidado) e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$109.632 mil e o lucro líquido do exercício está aumentado em, aproximadamente, R\$22.112 mil. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a Companhia emitiu ações preferenciais resgatáveis, no montante de R\$24.000 mil, as quais tem data definida para resgate. De acordo com o CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC 39), este valor deveria estar registrado no passivo não circulante. Consequentemente, em 31 de

PARECER CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Brasil PCH, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2013.

José Guilherme Antloga do Nascimento - Presidente
Marcio Branco de Oliveira - Conselheiro
Antonio Walter dos Santos Pinheiro Filho - Conselheiro

dezembro de 2012, o passivo não circulante está diminuído e o patrimônio líquido está aumentado em R\$24.000 mil e o lucro líquido do exercício está aumentado em R\$8.282 mil, devido ao fato que a remuneração de passivo deve ser tratada como despesa no resultado do exercício.

Opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para a opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidado da Brasil PCH S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para exercício findo naquela data.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado: Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para a opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas", estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. *Auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011:* As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 10 de fevereiro de 2012, contendo as seguintes modificações de opinião: (1) "Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, as controladas indiretas calcularam a depreciação dos bens integrantes do seu ativo imobilizado de acordo com taxas de depreciação estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, considerando a possibilidade de prorrogação do prazo de autorização por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de autorização. De acordo com as normas contábeis descritas no Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível (CPC 04) e as orientações contidas na Orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão (OCPC 05), a prorrogação do prazo de autorização somente pode ser considerada quando há evidências concretas que a suportem sem custo significativo para a Companhia. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011, o investimento na controladora (imobilizado no consolidado) e o patrimônio líquido estão aumentados em, aproximadamente, R\$87.520 mil e o lucro líquido do exercício está aumentado em R\$25.797 mil; (2) Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15, a Companhia emitiu ações preferenciais resgatáveis, no montante de R\$24.000 mil, as quais tem data definida para resgate. De acordo com o CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (CPC 39), este valor deveria estar registrado no passivo não circulante. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2011, o passivo não circulante está diminuído em R\$24.000 mil, o patrimônio líquido está aumentado em R\$19.242 mil e o lucro líquido do exercício está aumentado em R\$4.758 mil".

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2013

Deloitte.

Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5